

para - Const. pag 9.

ESTADO DE SÃO PAULO

DOMINGO — 25 DE JANEIRO DE 1987

Política

Ulysses defende tese militar

O presidente da Câmara e provável presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, revelou com exclusividade para **O Estado**, sua posição sobre as atribuições das Forças Armadas na próxima Constituinte. Para ele, a próxima Carta Magna deve prever as responsabilidades tradicionais das instituições militares, tanto no plano externo como no interno. E mais: as Forças Armadas devem ter responsabilidades na garantia da lei e da ordem.

A tese do parlamentar paulista é a mesma defendida pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves e seus colegas da marinha, almirante Henrique Sabóia; da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima; e do Estado-Maior das Forças Armadas, general Paulo Campos Paiva.

A manifestação de Ulysses Guimarães torna-se mais relevante em

função das restrições que os militares colocaram no anteprojeto da comissão Arinos. Esta retirou do capítulo relativo às Forças Armadas a expressão "da lei e da ordem", o que, para os militares, representou uma tentativa de limitar a responsabilidade das instituições militares à defesa externa. Essa proposta da Comissão foi alvo de críticas e controvérsias no alto escalão das três forças.

O fato de em caso de decretação de "estado de alarme" — novo nome para "estado de emergência" — e "estado de sítio", a Comissão ter previsto, em seu anteprojeto da Constituinte, a participação das Forças Armadas na manutenção da ordem interna, não fez com que as críticas ao trabalho dos "notáveis" — encarregados de esboçarem a nova Constituição — fossem reduzidas. Para alguns oficiais-generais que fizeram

sugestões à Comissão, o papel das Forças Armadas no anteprojeto não é claro, tornando-o passivo de interpretação.

Para o ministro do Exército é importante que seja mantido na nova Carta o princípio fundamental adotado a partir da Constituição de 1891, que define as Forças Armadas como instituições nacionais, permanentes, baseadas na hierarquia e na disciplina, responsáveis pela garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem.

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, ao falar da legitimidade da reeleição do deputado Ulysses Guimarães à presidência da Câmara, afirmou que o importante é que essa reivindicação seja feita por pessoa capacitada e que o presidente do PMDB já provou ser apto para o cargo.

Delfin Lima